

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Camila de Sá Oliveira

**APRENDIZADO E INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES EM TORNO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE  
SINAIS.**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientadora: Prof. Rosani Kristine Paraíso Garcia.

Juiz de Fora  
2018

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **CAMILA DE SÁ OLIVEIRA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672191A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **APRENDIZADO E INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES EM TORNO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**, desenvolvido durante o período de 12/08/2018 a 26/11/2018 sob a orientação de ROSANI KRISTINE PARAÍSO GARCIA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**CAMILA DE SÁ OLIVEIRA**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

# APRENDIZADO E INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES EM TORNO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.

Camila de Sá Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como debate central a reflexão sobre a importância da efetividade do ensino da Língua Brasileira de Sinais desde a educação básica para a formação completa de cidadãos e futuros profissionais capacitados para atender as pessoas da comunidade surda tendo como plano de fundo a discussão da história da Língua de Sinais e da Educação dos Surdos. Em complemento serão expostas algumas questões sobre inclusão social e acessibilidade, apresentando as diferenças entre deficiência auditiva e surdez; mencionadas as possibilidades já existentes para o início da aprendizagem da Libras; e se tratando de Juiz de Fora, será destacada a existência de cursos e atividades voltadas ao público envolvendo o assunto e seu aprendizado. Para tal, a metodologia utilizada irá englobar revisão bibliográfica e levantamentos de dados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Brasileira de Sinais. Educação. Inclusão Social. Participação Comunitária.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a importância da Língua Brasileira de Sinais na atual sociedade, principalmente na área educacional, e esclarecer alguns conceitos sobre o assunto a partir de revisão bibliográfica que trata do debate em relação à história da Educação dos Surdos no país bem como a análise de documentos governamentais, tais como leis e decretos, produzidos a fim de se assegurar a inclusão e acessibilidade das pessoas surdas.

Nos últimos anos tal assunto tem sido amplamente discutido dentro das principais esferas existentes, a saber social, política e cultural, sendo em cada uma delas defendida e reforçada a valorização da língua e da cultura surda bem como mantida a luta pela inclusão das pessoas que integram essa comunidade através de marcos considerados importantes. Dentre eles destaca-se principalmente 2002 como o ano de reconhecimento da lei que concerne sobre a Língua Brasileira de Sinais e 2005 como o ano marcante que a regulamenta; 2010 com a aprovação de lei que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras; 2015 quando é publicado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (também conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão); e mais recentemente 2017 na surpreendente escolha do tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio intitulado “Desafios para a Formação Educacional de Surdos”, fato último bastante comemorado pelos membros da comunidade surda, fazendo-se retomar a discussão e a defesa envolvendo a temática.

A Língua Brasileira de Sinais se constitui como uma forma de garantir plena comunicação das pessoas que possuem surdez ou algum tipo de deficiência auditiva, que de acordo com dados do IBGE (CENSO, 2010), a porcentagem de pessoas com esse tipo de deficiência representava 5,1%, cerca de 9,7 milhões de pessoas. A garantia da inclusão social de pessoas nessas duas condições em âmbito geral como prevê a constituição é precária, sobretudo para alunos da educação básica, visto que não se possui na maioria das escolas públicas do país profissionais especializados e capacitados para auxiliá-los. Nesse sentido, reconhece-se a extrema importância da existência de escolas bilíngues para o início da asseguarção de tal direito e ainda valoriza-se o aprendizado da Libras como L2 para ouvintes da mesma forma que a Língua Portuguesa é ensinada como L2 para surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais ser para nós ouvintes a segunda língua aprendida e desenvolvida no ensino básico, enfatizando pelas palavras de Lima (2014, p.3) que “não deve haver a simples transferência da primeira para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados”, em que prevaleça sempre o respeito singular de cada aluno, surdo ou ouvinte (Aragon & Santos, 2015, p.126).

## 2. DISCUSSÕES PERTINENTES

---

<sup>1</sup>Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: camila.2731@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Rosani Kristine Paraíso Garcia.

Em relação ao pensamento exposto anteriormente, tal preocupação para a inclusão e acesso à Libras se deve a dificuldade de comunicação frequentemente vista entre pessoas ouvintes e pessoas membros da comunidade surda, em que tal falha se deve a vários fatores, principalmente ao não domínio e incompreensão da língua pela maioria do primeiro grupo descrito. De acordo com a OMS, o número de surdos no mundo corresponde a 360 milhões e no Brasil, de acordo com o IBGE (CENSO, 2010), a aproximadamente 10 milhões. Desse número a estimativa quanto a dificuldade tida por eles para a compreensão do português escrito é de 70%.

O papel da escola nesse sentido é fundamental a partir da educação inclusiva, cuja é pautada em priorizar a garantia plena da cidadania e a valorização da diferença, competindo com o dever de adotar o bilinguismo como a base do aprendizado, respeitando a língua materna dos surdos, que para Sá (2010, p.86) “o que pretendem os defensores do ‘bilinguismo’ é garantir o domínio de uma língua para dar bases sólidas ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo”. Para ela, o mais importante é a defesa da educação bilíngue-multicultural, pois uma educação como essa (Sá, 2010, p.88) “não envolve apenas o considerar a necessidade do uso de duas línguas, mas significa, também, além de dar espaço privilegiado e prioritário à língua natural dos surdos, ter como eixos fundamentais a identidade e a cultura”.

De acordo com Barbosa (2011), pensando a escola como um espaço primordial para a difusão da Libras na sociedade, diante de tantas ideias míticas sobre o assunto e devido às inúmeras crises de identidade aos quais os alunos surdos enfrentam sobretudo nesse ambiente, é fundamental refletir sobre a importância e presença de profissionais surdos para que desde o início se construa um processo de identificação com a língua e pondera que (p.182) “quanto mais cedo for proporcionado o estudo da Libras e do português no espaço escolar, melhor será a comunicação e a interação das pessoas em seu meio, de modo a entenderem e se fazerem entender”.

No sentido de valorização, a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais deve se equivaler a de uma língua estrangeira (seja inglesa, francesa, etc.) devido, além da presença de gramática, à sua importância como fonte de representatividade e expressão assim como todas as outras existentes.

No mundo existem mais de 200 Línguas de Sinais, dentre elas a ASL, a Língua de Sinais Americana; a LGP, a Língua Gestual Portuguesa; e a BSL, a Língua de Sinais Britânica, cujos sinais variam de acordo com cada país. No Brasil, além de existir a Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB), uma língua própria da tribo indígena maranhense *Urubu-Kaapor*, dentro da Libras destaca-se duas principais variações linguísticas (Pereira, 2010, p.14): a regional, que se estabelece por algumas mudanças de sinais de acordo com cada localidade e a social, que se define por mudanças de movimentação das mãos, não havendo alteração nos sinais. É importante mencionar também que a Libras possui alguns parâmetros fonológicos que se constituem como fundamentais nos estudos linguísticos envolvendo a área, propostos por William Stokoe, e que se caracterizam como a base para a formação dos sinais, em que são compreendidos pela localização das mãos em relação ao corpo, as expressões faciais, o movimento para se produzir o sinal, entre outros (Quadros e Karnopp, 2004, p.49).

Em resumo, no infográfico abaixo podem ser vistas algumas informações dispostas neste capítulo de maneira mais esclarecida.



IMAGEM 1: O Universo da Língua de Sinais. Fonte: [http://blog.handtalk.me/infografico-universo-lingua-de-sinais-post/?utm\\_source=Blog&utm\\_medium=Historia Libras Link](http://blog.handtalk.me/infografico-universo-lingua-de-sinais-post/?utm_source=Blog&utm_medium=Historia%20Libras%20Link). Acesso em: outubro de 2018.

## 2.1 EXPLORANDO ALGUNS CONCEITOS

Em vários estudos sempre são mencionados alguns mitos que incrivelmente insistem em permear o imaginário de muitas pessoas que não conhecem a cultura surda mesmo tendo amplos debates sobre o assunto. Infelizmente, preconceitos diversos estão estabelecidos nas relações humanas e devido a esse problema, tais pensamentos e associações errôneas se instauram e impossibilitam o devido reconhecimento das línguas de sinais tal como evidencia Forster (2004, p.1):

A falta de informação sobre a natureza das línguas de sinais é fruto de um preconceito comumente associado a elas. Uma prova disso está na repressão já feita a estas línguas em alguns momentos do passado. Ainda hoje esse preconceito persiste. Não é raro ouvir dizer que as línguas de sinais não são línguas, mas uma linguagem ou algo afim. Este preconceito acontece até mesmo em locais privilegiados para o debate sobre este tipo de assunto [...].

Portanto, este capítulo se atentará a dinamizar ainda mais o conhecimento e desmistificar algumas questões com o auxílio de algumas dessas pesquisas. Inicialmente, quando se diz sobre acessibilidade, muitas vezes de imediato o pensamento se volta somente ao âmbito físico [a exemplo a acessibilidade arquitetônica], aparentemente sendo “esquecidos” os outros tipos [como a acessibilidade comunicacional, atitudinal, emocional, entre outras], e na mesma medida, tal fato se faz presente também sobre as questões tipológicas de deficiência. A verdade é que tendo um panorama sobre o histórico da Língua Brasileira de Sinais, como será mostrado no próximo capítulo, consegue-se entender os possíveis motivos para a manutenção e continuidade de tais noções, comuns à maioria da sociedade.

Um dos principais mitos envolvendo o assunto é a associação e mal uso das terminologias entre ‘deficiente auditivo’ e ‘surdo’, termos complexos de serem definidos e frequentemente tratados como sinônimos pelo senso comum. Desconhecidas as classificações de surdez (congenita ou adquirida) e seus níveis (leve, moderado, severo ou profundo) por muitas pessoas, um dos pensamentos mais recorrentes se pauta sob a visão médica patologizante, concebendo a surdez como uma deficiência ou doença, diferentemente da visão sócio-antropológica, cuja é encarada como uma diferença, conferindo-lhe um novo olhar (Deus, 2017, p.5), ideia reforçada pelo trecho de Sá (2010, p.65):

Não utilizo a expressão “deficiente auditivo” com o objetivo de ressituar o conceito de surdez, visto que esta expressão é a utilizada, com preferência, no contexto médico-clínico; utilizo o termo “surdo”, pois está mais afeito ao marco sociocultural da surdez. Assim, enfatizo a *diferença*, e não a *deficiência* [...].

Para a comunidade surda, o deficiente auditivo é aquele que não sabe e não se utiliza da Libras como seu principal meio de comunicação e também não é ligado a associações ou federações envolvendo o assunto.

Ainda no que se diz respeito às questões terminológicas, muito se percebe a utilização de expressões pejorativas como ‘surdo-mudo’ ou ‘mudinho’, estritamente reprovadas e em muitos casos considerado algo ofensivo pela comunidade surda. Devido ao lançamento de tal olhar patologizante da medicina para com a surdez, uma das formas de se “curá-la” ou “corrigi-la” seria através da oralização, o processo em que se é ensinado uma pessoa surda a falar (Pfeifer, 2003, p.30).

Geralmente confunde-se quem não sabe falar, no caso os surdos, com quem é mudo(a), ou seja, que não emite nenhum tipo de som, associando equivocadamente um termo a outro. Para Deus (2017, p.5), “a surdez e a oralidade não estão ligadas e sim relacionadas”, uma vez que todos os surdos têm potencialidades para falar (mas apenas uma dificuldade), sendo dessa maneira o processo de oralização uma escolha, conferindo para dentro dessa comunidade uma diferenciação entre surdo oralizado e surdo sinalizado, tendo a Língua de Sinais a principal forma de expressão e identidade dessas pessoas.

A respeito da comunidade surda, possivelmente a definição do termo para os ouvintes pode se resumir a algo que envolva *somente* os surdos, quando na verdade refere-se a eles e a qualquer pessoa simpatizante que se integre na luta pelos direitos surdos e seu reconhecimento simbólico, visto que assim como todas as outras comunidades, essa também se constitui por várias identidades e culturas diferentes. Portanto para Gesser (2009, p.55):

pensar o surdo no singular, com *uma* identidade e *uma* cultura surda, é apagar a diversidade e o multiculturalismo que distingue o surdo negro da surda mulher, do surdo cego, do surdo índio, do surdo cadeirante, do surdo homossexual, do surdo oralizado, do surdo de lares ouvintes, do surdo de lares surdos, do surdo gaúcho, do surdo paulista, do surdo de zonas rurais...

Como destacam Lopes e Veiga-Neto (2006, p.82)

para que um grupo se constitua e se configure como uma comunidade, algumas condições são necessárias. Temos como exemplos: *afinidades* entre os diferentes indivíduos que constituem o grupo, *interesses* comuns que possam conduzir as ações do grupo por caminhos comuns, *continuidade* das relações estabelecidas, bem como *tempo* e *espaço* comuns, em que os encontros do grupo possam acontecer. Nesse sentido, pensar sobre a constituição e os marcadores surdos que ajudam a definir o que reconhecemos por grupo e comunidade surda é pensar qual espaço tem servido de território para que a comunidade surda se constitua e se mantenha como tal.

Nesse sentido, mostra-se que os locais de consolidação das comunidades surdas são compreendidos, dentre outros espaços, por associações, escolas e instituições, eventos, ambientes virtuais etc., sendo que para os mesmos autores, o ambiente escolar se funda principalmente como (idem) “um local inventado para que todos que o frequentam saiam com marcas profundas no modo de ser e de estar no mundo” e que tem possibilitado interações e convívios cada vez mais ampliados.

## 2.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E A LIBRAS

Historicamente, desde era greco-romana se instaurou a visão de que os surdos não eram seres competentes, dando assim início a associação de que se não possuíssem audição também não possuiriam fala, nem linguagem, tão pouca capacidade para formular pensamentos. O papel da linguagem oralizada nesse período era considerada de extrema importância, pois estritamente através dela que a transmissão de conhecimento poderia ser feita. Durante toda a idade média a visão da igreja católica mostrou-se preponderante ao enxergar os surdos como seres não imortais por serem (Strobel, 2008, p.19) “incapazes de confessar seus pecados”, apresentando também nesse período uma longuíqua classificação da surdez, que para Duarte (2013, p.1718) “trouxo uma mudança socioantropológica e marcou a diferença de tratamento entre os surdos que falavam e os que não falavam”.

Com a chegada da idade moderna, compreendido pelo período de 1453 a 1789, o monge espanhol Pedro Ponce de Léon se destacou como o precursor da educação dos surdos, sendo o primeiro professor de surdos das famílias nobres da época, tendo como foco sempre a oralidade. Posteriormente, influenciado pelo monge, o padre também espanhol Juan Pablo Bonet, escreve uma obra em 1620 mencionando sobre as “ferramentas” necessárias ao ensino da fala para pessoa surdas, promovendo a disseminação do método para outros lugares do mundo.

Em 1760, na França, o abade Charles Michel de L'Épée funda o Instituto para Surdos Mudos de Paris e propõe uma virada no que se diz respeito ao foco para a oralidade, tornando a época célebre através do início do reconhecimento de uma língua para os surdos. Também atribui-se a ele a invenção dos chamados sinais metódicos, um sistema gramatical de ensino para os surdos lerem e escreverem corretamente. Nos Estados Unidos, o americano Thomas Gallaudet funda a primeira escola de surdos do país junto ao professor francês surdo Laurent Clerc em 1814.

O principal acontecimento que marca a idade contemporânea (1789-1900) e a vida dos indivíduos surdos nesse período se dá através da realização do Congresso de Milão em 1880, que através das suas oito resoluções, acaba por extinguir professores surdos do espaço escolar bem como a Língua de Sinais, determinando a utilização do chamado método oral puro, também conhecido como “Método Alemão”, proposto por Samuel Heinicke.

Como destaca Quadros (2004, p.48) nos anos de 1960 a figura de maior destaque no que diz respeito à Língua de Sinais Americana foi William Stokoe, propondo os já mencionados aspectos ou parâmetros fonológicos e na década de 1970, como mostra Duarte (2013, p.1726), “diversas pesquisas linguísticas buscaram provar que as línguas de sinais podiam ser comparadas às línguas orais em complexidade, singularidade, expressividade e função estética”.

No Brasil, enquanto em 1857 no Rio de Janeiro era fundado por D. Pedro II e o padre francês surdo Ernest Huet o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), destinado a receber alunos do sexo masculino de todo o país, mais tarde em São Paulo em 1929 era fundado o Instituto Santa Teresinha, destinado a receber meninas surdas. Ambos tinham em seu ensino fortes influências dos sinais metódicos desenvolvidos na França e após se formarem os alunos desses institutos regressaram às suas regiões de origem, disseminando a língua utilizada e ensinada, o que atualmente é a Libras.

Ainda no Rio de Janeiro, por ser o estado que origina uma das mais importantes entidades educacionais de surdos, surge o início do chamado Movimento Surdo, envolvendo principalmente pessoas surdas, com a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA) em 1977, passando dez anos mais tarde a ser a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), verificando-se também na década de 90 o surgimento da marcha “Surdos Venceremos” liderada por Nelson Pimenta de Castro, pesquisador e artista surdo.

Na legislação, em 2002 com a lei nº10.436 a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como o (Brasil, 2002) “meio legal de comunicação e expressão” das pessoas surdas e em 2005 regulamentada através do decreto nº 5.626, que como pondera Duarte (2013, p.1728) “o impacto dessa acessibilidade conduz a inserção da Libras para além das relações cotidianas entre as pessoas surdas e as ouvintes”, embora em outros âmbitos para além do educacional a sua repercussão ainda não tenha sido notada (Duarte, 2013 apud Felipe, 2003), mantendo sempre a luta pela ampliação dos direitos surdos, garantindo que sua representatividade envolva todas as esferas.

Em resumo, Strobel (2008, p. 12) destaca as três grandes fases culturais da história dos surdos, em que a primeira é compreendida por uma revelação, na qual os surdos eram vistos como capacitantes a qualquer tipo de produção, não se demonstrando muitos problemas envolvendo a educação; a segunda compreendida pelo isolamento da comunidade surda em decorrência da realização do Congresso de Milão, proibindo-se o acesso dos surdos à Língua de Sinais; e por último a fase marcada pelo despertar cultural, retomando a valorização e aceitação da Língua de Sinais a partir dos anos 60, repercutindo até os atuais dias, enxergando a cultura dos surdos como um instrumento de poder (Sá, 2010).

### **3. A REALIDADE DE JUIZ DE FORA**

De acordo com o decreto de 2005, além de dispor, entre outros elementos, sobre a obrigatoriedade da garantia para os surdos ao acesso à comunicação, informação e a educação desde ensino básico ao superior, dispõe também sobre (Brasil, 2005) “o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos”. Mas sabe-se sobre a extrema dificuldade enfrentada em todo o país para a efetivação dessas duas ações, em que respectivamente, nem todas as pessoas surdas têm as mesmas condições para o acesso pleno dos recursos educacionais e que a oferta de cursos para o aprendizado da língua não é tão grande e difundido quanto se gostaria. Comparado a grandes polos, existe uma considerável rede de ensino voltada à educação bilíngue e no caso de Juiz de Fora as ações voltadas ao ensino da Libras para a população ouvinte têm crescido e ganhado destaque.

Dentre elas a promoção e divulgação de cursos, disciplinas e projetos na Universidade Federal de Juiz de Fora, como o Programa Boa Vizinhança, com vagas destinadas prioritariamente aos moradores de bairros próximos ao campus e estudantes de escolas públicas; o Projeto de Universalização (PU), destinado a qualquer aluno da universidade; os cursos de extensão Bate Papo em Libras e Língua de Sinais Brasileira – Módulo II, ambos abertos à comunidade acadêmica e externa; e ainda o curso de capacitação em Libras e Saúde, compreendendo os níveis básico e intermediário para profissionais e estudantes da área. Além disso, na cidade existem outras oportunidades para além do âmbito universitário através das ações desenvolvidas pelo CECEL, Centro de Educação e Cultura para o Ensino de Libras; pelo Instituto Bruno em parceria com a Associação dos Surdos de Juiz de Fora; pela Pastoral dos Surdos, ofertando um curso pago dividido em dois módulos básicos e conversação; e mais recentemente pela Prefeitura, que desde o início deste ano tem promovido um curso gratuito também dividido em dois módulos básicos, desenvolvido pelo Departamento de Políticas para a Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos junto a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Em duas escolas da cidade também se destacam algumas oportunidades para o aprendizado da língua: a Escola Estadual Maria das Dores de Souza, localizada no bairro Santa Helena, que destina

prioritariamente suas vagas aos servidores do estado; e a Escola Municipal Oswaldo Veloso, em Santa Luzia, que possui uma classe bilíngue.

Porém o que se percebe na maioria dos âmbitos comunicacionais é a baixa divulgação dessas e outras oportunidades, dentre elas palestras e manifestações artísticas-culturais, que poderiam ser aproveitadas plenamente por toda a comunidade, tanto surda quanto ouvinte, mas que devido a tal falha muitos desses eventos não obtêm números consideráveis de presença, principalmente se forem gratuitos.

Mas o que já existe e o que pode ser incentivado como prática é a popularização e difusão gradual da língua ao maior número possível de pessoas através de conteúdos dispostos em diversas plataformas digitais, dentre elas canais do YouTube, sites e aplicativos. O papel das tecnologias atualmente se configura como um potencial facilitador de comunicação e como afirma Nakagawa (2012, p.34),

mensagens de texto trocadas entre telemóveis, dispositivos de captura e partilha de vídeos que permitem conversas à distância (em língua gestual) e possibilitam o registo e a promoção de produções culturais, redes sociais virtuais que congregam e fomentam o compartilhar de ideias, ideais, notícias, histórias, ficheiros, entre outros novos suportes que mediam os processos informacionais e comunicativos entre surdos e surdos/ ouvintes dão novos poderes de articulação e mobilização a esses grupos. As comunidades surdas, assim, divulgam-se, empoderam-se, reconfiguram-se, reterritorializam-se, ganham novas e movediças fronteiras, tendo a Internet como uma das mais importantes interfaces de afirmação identitária. Ali, em ambiente virtual, reverberam por meio de textos, vídeos, imagens, encontros, discussões, etc., novos discursos sobre a alteridade.

Também a vasta produção bibliográfica e literária sobre o assunto da Libras, inclusão, Educação de Surdos, entre outros pontos mencionados neste trabalho oferece suporte à ampliação de conhecimento a todos os ouvintes e membros da comunidade surda no contexto escolar e possivelmente fora dele. Portanto, essa ferramenta em conjunto a outros materiais didáticos funcionam como facilitadores do processo inclusivo, como sugere o próprio nome do artigo produzido e publicado por Silveira e Campello (2015).

No âmbito escolar, segundo elas, deve-se sempre procurar promover um atendimento adequado aos alunos surdos, como exemplificam no referido trabalho os métodos pensados e adotados desde 2008 pela escola municipal petropolitana Salvador Kling (idem, p.221), apontando o uso do glossário em Libras, do dicionário de língua portuguesa em Libras, bem como a adaptação de conteúdos programáticos para a Língua de Sinais, tudo isso na tentativa de favorecer a inclusão e promover a inserção de alunos ouvintes nesse universo.

E assim como todo aprendizado, a incorporação de instrumentos que promovam a curiosidade e maior vontade de saber e compreender o conteúdo deve ser essencial, promovendo dessa maneira relações entre aprendizado e lazer, que de acordo com Marcellino (2007) este deve ser um instrumento de participação coletiva cujos seus praticantes se desenvolvam pessoal e socialmente realizando atividades de seus interesses, em que [o lazer] pode e deve ser também uma atividade geradora e promotora de conhecimento e educação.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A maioria das teses encontradas e algumas delas utilizadas neste trabalho dizem respeito sobre a importância da Libras para a formação de professores, assim como o decreto nº 5.626 de 2005 em que menciona em parágrafo único que “o processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas”. Em concordância e em complemento à colocação, é válido pensar em seu ensino e inserção em todas as áreas, abrangendo todas as profissões, mesmo que seja difícil. Para os cursos superiores, principalmente os de licenciatura, o ideal não seria oferecê-la somente um semestre, pois não é o suficiente. Como se trata de uma língua, essa deve ser aprendida gradual e regularmente, uma vez que um período tão curto de tempo não seria capaz de fornecer os recursos necessários para se estabelecer um verdadeiro contato.

Através das várias mudanças registradas nos últimos anos não só vistas no âmbito educacional como propõe Skliar (2016, p. 7), a Língua Brasileira de Sinais, as pessoas surdas e sua cultura têm



ganhado um papel cada vez mais importante socialmente através de estudos envolvendo todo esse universo, além do respaldo de leis e decretos que asseguram a manutenção dos seus direitos. E visto o histórico da educação dos surdos e a visão defendida antigamente, embora ainda existam alguns resquícios dela na atual sociedade, defende-se muito mais a luta pelo reconhecimento que a comunidade surda e os surdos merecem. A luta também é maior quando se trata de inclusão social, uma vez que esta engloba vários âmbitos: educacional, social, cultural, política.

O objetivo principal deste trabalho é reforçar a importância da Língua Brasileira de Sinais tanto para a comunidade ouvinte quanto para a surda, mostrando historicamente seu processo de origem e sua influência no início de novos acontecimentos marcantes, desmistificar conceitos envolvendo a cultura surda e ainda expor iniciativas de órgãos públicos ao incentivo dos ouvintes terem contato com a Libras e explorar esse fantástico universo. Embora a comunidade surda tenha muito a se comemorar através da evolução no que se diz respeito ao reconhecimento da própria Língua de Sinais e de seus direitos cidadãos, a luta não se finda, buscando-se diariamente mais espaço na sociedade.

## REFERÊNCIAS:

ARAGON, C. A. & SANTOS, I. B. **Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização.** Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015.

BARBOSA, L. R. S. **A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional.** Polyphonia: Revista de Educação Básica do Cepae (UFG), v. 22, p. 173-188, 2011.

BOGAS, J. V. **[Infográfico] O Universo da Língua de Sinais.** Imagem. Disponível em: [http://blog.handtalk.me/infografico-universo-lingua-de-sinais-post/?utm\\_source=Blog&utm\\_medium=Historia\\_Libras\\_Link](http://blog.handtalk.me/infografico-universo-lingua-de-sinais-post/?utm_source=Blog&utm_medium=Historia_Libras_Link). Acesso em: out. 2018.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Brasília, 2012. 32p.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em: nov. 2018.

DEUS, V. O. **Libras, uma língua estrangeira?** Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade, v. 1, p. 1, 2017.

DUARTE, S. B. R. et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

FELIPE, T. A. **A função do intérprete na escola e na escolarização do surdo.** In: Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões – Seminário Nacional do Ines, 8; Congresso Internacional do Ines, 2, 2003, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Ines. p.87-98. 2003.

FORSTER, R. **Desfazendo Mitos e Mentiras Sobre Línguas de Sinais.** 2004.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua brasileira de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LIMA, M. D. **O Uso da Libras (L1) Como Instrumento Facilitador no processo de Ensino Aprendizagem da Língua Portuguesa (L2) para Surdos.** 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

LOPES, M. C. & VEIGA-NETO, A. **Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar.** Perspectiva, Florianópolis. v. 24. n. Especial. p. 81-100, jul./dez. 2006.

MARCELLINO, N. C. **Lazer & Cultura: algumas aproximações.** In: \_\_\_\_\_. MARCELLINO, N. C. **Lazer & Cultura.** São Paulo: Alínea, 2007.

NAKAGAWA, H. E. I. **Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve.** 2012 (Dissertação de mestrado).

PFEIFER, P. V. **Pensando a integração social dos sujeitos surdos: uma análise sobre a escolha da modalidade linguística- Língua de Sinais ou língua oral- pela família.** 2003.

PEREIRA, G. K. **LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) - Básico I e II.** 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e Educação de Surdos.** 2. ed. - São Paulo: Paulinas, 2010. - (Coleção pedagogia e educação).

SILVEIRA, L. C.; CAMPELLO, A. R. S. **Materiais Didáticos em Libras Como Facilitadores do Processo Inclusivo.** Revista Espaço, v. 43, p.219-238, 2015.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 8. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2016.

STROBEL, K. **História de educação dos surdos.** Texto-base de curso de Licenciatura de Letras/Libras, UFSC, Florianópolis, 2008.